Ocidente: revista portuguesa, vol. I, nº 3, julho/1938, pp. 340-356

HERESIAS POLÍTICO-SOCIAIS DO NOSSO TEMPO

I

DOUTRINA DA IGREJA

1. — O homem — obra prima de Deus, porque criado à Sua imagem e semelhança — é um ser composto de corpo e alma, de matéria e espírito, unidos um ao outro em união tão íntima que nem a Morte terá sôbre ela poder absoluto: «creio...... na ressurreição da carne».

A imortalidade do corpo, perdida em conseqüência do pecado original, será readquirida, por obra da Encarnação do Filho de Deus, na hora do Supremo Prémio e do Supremo Castigo, para que, reincarnadas as almas nos seus «corpos espirituais», se possa falar, com rigor, na Redenção do *género humano,* na salvação dos *homens,* e não, apenas, na salvação das *almas.*

Neste compôsto, a primazia pertence porém, não ao corpo, material e visivel, mas à alma, espiritual e invisível; à alma, que não ao corpo, deve o homem a dignidade de ser racional, livre e responsável, racionalidade, liberdade e responsabilidade estas que o elevam, na Terra, à categoria de Rei da criação — *acima do Homem, só Deus.*

Por isso, nada neste mundo sobreleva à *pessoa humana,* cujo fim: a bemaventurança eterna — fim individual, portanto, e não social ou colectivo — nela própria se encontra.

Deve o homem viver para si, para a sua felicidade: a união com Deus, seu Criador.

Concepção egoísta, dizem os incrédulos.

Êrro profundo!...

É que esta felicidade não a atingirá o homem senão pelo amor: «ama a Deus sôbre tôdas as coisas e ao próximo como a ti mesmo».

Ora êste amor é dom de si próprio; é transformar em alegria ou dôr pessoal a alegria ou dôr alheia; é viver em si a vida de outrem.

Mas se isto é egoísmo, onde descobrir o altruísmo?

Na sêca máxima de Kant, sem actuação e sem vida?

Para atingir Deus, nosso fim último, só há um caminho: o da caridade. E a caridade — a mais dôce, a mais bela das virtudes — ninguém a pratica com verdadeiro espírito cristão, se não souber sacrificar-se pelos outros com o prazer íntimo do sacrifício por amor.

Mas êste sacrifício, que a religião impõe, é sacrifício pelos *homens,* únicos seres que, no mundo social, sofrem e choram, e não sacrifício por quaisquer seres colectivos substanciais, superiores ao Homem, existentes, quando muito, na imaginação exaltada dos transviados.

Razão, consciência, liberdade, responsabilidade moral só o homem as possui. E, daí, a sua *eminente dignidade;* e, daí, o seu *primado;* e, daí, o seu *valor;* e, daí, os seus *direitos* fundamentais, os seus direitos essenciais, que, brotando da sua própria natureza, nenhuma autoridade poderá desconhecer, sem abalo para a Ordem social e sem perigo para o futuro da humanidade.

Tal é a base, tal é o fundamento, indestrutível para um católico, da liberdade civil, da liberdade que evita a absorpção do homem — transformado em *meio* de realização de fins terrestre supra-humanos — pelo Estado em que, como elemento componente, se integra.

2. — Esta liberdade não é, porém, absoluta, nem moral, nem socialmente.

Só há liberdade para o Bem. A prática do mal não supõe liberdade, mas arbítrio, mas licença. E assim, não haverá liberdade contra o Bem Comum, fim da sociedade civil e do poder político.

Quere dizer, o bem comum dos homens que compõem certo agregado social deve marcar o límite jurídico da actividade livre de cada homem, como deve marcar o limite da intervenção legítima dos governantes.

É que os homens, seres livres e responsáveis, são ao mesmo tempo seres sociais, isto é, seres cuja existência e cujo aperfeiçoamento intelectual e moral exigem a vida colectiva, a vida em sociedade.

Esta, portanto, não surge como produto arbitrário e caprichoso de vontades livres, mas como facto necessário, imposto ao homem pela sua própria natureza — logo, por Deus.

A sociedade civil não pode porém subsistir sem autoridade, sem a existência de um poder que a todos os seus membros dirija para a realização do bem comum temporal.

Il n'y a point, diz Bossuet, de pire état que l'état d'anarchie, c'est-à-dire l'état où il n'y a point de gouvernement ni d'autorité. Où tout le monde peut faire ce qu'il veut, nul ne fait ce qu'il veut; où il n'y a point de maître, tout le monde est maître; où tout le monde est maître, tout le monde est esclave.

Uma sociedade de anjos ou de santos dispensaria, por ventura, o emprêgo do constrangimento, o uso da fôrça, mas não a direcção e o comando.

Mas se a sociedade civil é obra divina e se não pode haver sociedade sem autoridade, esta será ainda, como aquela, obra e criação de Deus: quem quere um fim não pode deixar de querer os meios indispensáveis à sua realização.

Em suma, o poder político é legítimo — *omnis potestas a Deo* — e condenável a desobediência às ordens justas.

E assim, a liberdade e a autoridade encontram o seu fundamento e a sua origem na mesma causa suprema: Deus, que, ao criá-las, a ambas limitou pela ideia de bem comum, no sentido de que o uso do poder só se dirá legitimo enquanto se propuser o bem de todos, o bem do conjunto, como a liberdade, no domínio da vida pública, só se dirá inviolável enquanto se harmonizar com o interêsse geral.

E isto qualquer que seja a forma de govêrno em cada momento histórico — monocrática, aristocrática ou democrática, monárquica ou republicana, etc. — tôdas igualmente legítimas, se aptas à realização da justiça e do bem comum, e tôdas com o mesmo direito à obediência dos súbditos, se não degenerarem em *tiranía*, se não se desviarem, com permanência, do seu fim: o interêsse público, caso em que, depois de esgotados todos os meios pacíficos, nascerá para o povo, como *ultima ratio*, o direito de revolta.

3. — Bem comum temporal, disse eu há pouco.

E por quê?

Porque ao lado do bem comum temporal (bem não sòmente material, mas ainda, e sobretudo, moral), confiado à autoridade política, existe outro bem, hieràrquicamente superior — o *bem comum espiritual* — confiado a uma autoridade independente: a autoridade religiosa, convindo notar que, se aquela, a autoridade política, surge em sociedades impostas pela natureza humana, esta, a autoridade religiosa, nasceu numa sociedade — a Igreja — fundada, como ela própria, por Jesus Cristo: *tu es Petrus et super hanc petram aedificabo Eclesiam meam.*

Ora a autoridade política, assim como viola a ordem social, quando restringe a liberdade dos indivíduos para além das exigências do bem comum temporal, assim violará a ordem divina, quando, desviando-se da sua finalidade, invada os domínios do poder espiritual e se lhe substitua, ou quando pretenda desconhecer a autoridade da Igreja, negando a sua natureza supra- humana e a sua infalibilidade (em matéria de dógma e de moral, entende-se).

Em resumo, o homem, ser racional, livre e responsável, vive neste mundo sujeito a duas autoridades — a autoridade civil ou política e a autoridade religiosa ou eclesiástica (não viso agora a autoridade familiar, nem as autoridades profissionais) — ambas de origem divina e ambas limitadas pelo fim a que se destinam: bem comum temporal e bem comum espiritual, bens êstes que marcam os limites da actuação legítima das respectivas autoridades, legitimando, ao mesmo tempo, pelo que respeita ao bem comum temporal, tôdas as restricções que, em seu nome, o Estado imponha à liberdade.

4. — Várias são as sociedades civis.

A humanidade, como sociedade organizada, não existe e, por ventura,

jámais existirá. Nos tempos modernos e para os povos civilizados, encontra-se ela dividida em nações e Estados distintos, que procuram, com relativa independência, a realização do bem comum temporal dos seus membros e que, segundo a doutrina católica, devem viver em paz e auxiliar-se reciprocamente, jámais esquecendo que a caridade cristã não distingue entre nacionais e estrangeiros.

Todos os homens, qualquer que seja a sua raça, a sua lingua e a sua religião, são irmãos por nascimento,porque filhos do mesmo Pai celestial — Deus — criador de tudo o que existe.

«Não há mais nem Grego, nem Judeu, nem circuncisado, nem não circuncisado, nem Bárbaro ou Cita, nem escravo ou homem livre, mas Cristo está todo em todos», dizia S. Paulo.

E estes homens, que, irmãos pela comunidade de origem, o serão também pela comunidade de destino; e estes homens, que sofrerão neste vale de lágrimas as mesmas dôres e as mesmas privações; e estes homens, que foram redimidos pelo sangue divino de um mesmo Redentor — Jesus Cristo; estes homens são chamados a amar-se recìprocamente, num amor que tudo perdoe, mesmo as injúrias, mesmo as infamias.

O ódio, ainda que por amor da Pátria, ainda que por amor de Deus, será sempre pecaminoso.

A moral — a mesma moral — disciplina tôdas as acções humanas, quaisquer que sejam os seus autores — governados ou governantes — e quaisquer que sejam os seus fins: individuais, nacionais ou internacionais.

A mentira, a injustiça, a iniqüidade, não deixam de o ser, só porque colocadas ao serviço de interêsses, aliás tantas vezes ilusórios, de Estados ou de povos.

«Que a paz seja convosco», disse Jesus Cristo, anunciado já, pelo profeta Isaias, nestes termos: *Pater futuri saeculi et princeps pacis.*

Não nos ensinou Êle: «ao entrardes em casa, saudai-a, dizendo: Paz seja nesta casa»?

E Dante, depois de notar que só uma vez no mundo houve paz geral — a paz de Augusto — por ocasião e por motivo do nascimento de Cristo, não recorda que os anjos, em Belém, não anunciaram aos pastores honras, riquezas, saúde ou longevidade, mas a *paz,* o melhor bem que os homens e os povos podem gozar na terra?

Devem, portanto, os governos procurar a paz, só se legitimando a guerra quando justa, isto é, quando, se não houver outro meio de obter as devidas reparações, os atacados a tenham merecido pelas suas faltas e seja, além disso, feita com *intenção recta,* sem abusos, usando-se da vitória com moderação.

Defesa, e intransigente, do bem comum nacional, sim; mas com respeito pelo bem dos restantes povos, ou se quisermos, com respeito pelo bem co-

mum internacional, pelo bem da humanidade, a que os bens comuns nacionais devem subordinar-se, como os vários bens comuns sociais internos: familiares e profissionais, igualmente se lhes subordinam.

*
*   *

5. — E assim se vê que a doutrina católica, partindo do único Absoluto: Deus, criador da pessoa humana e da sua liberdade, da família e da sua autoridade, da sociedade civil e do seu poder, da sociedade religiosa e da sua missão sobrenatural, nega todos os demais absolutismos e, numa concepção relativista, harmoniza, com elegância máxima, os direitos do Homem, da Família, do Estado e da Igreja, dando, por um lado, a Deus o que é de Deus e a César o que é de César, e, por outro, à Liberdade o que à Liberdade pertence e à Autoridade o que por natureza ou decreto divino lhe é devido.

II

HERESIAS DO NOSSO TEMPO

A — RACISMO E NACIONALISMO

6. — Vejamos agora o que ensinam tantos dos que, lê-se na Epistola aos Romanos, «atribuindo-se o nome de sábios, se tornaram estultos», «por quanto, depois de terem conhecido Deus, não o glorificaram como a Deus, ou deram graças; antes se desvaneceram nos seus pensamentos, e se obscureceu o seu coração insensato».

Estes, arrastados pela ânsia de absoluto existente em todo o coração humano e negando Deus e a Sua Verdade, por outros e imaginários absolutos se deixaram seduzir e, depois de divinisarem o Homem e a Liberdade, ou a Sociedade e a Autoridade, ou a Classe Operária e o seu Interêsse, cairam nos erros do Liberalismo e do Anarquismo, ou nos do Comunismo e do Totalitarismo.

É que, negada a origem divina do Homem, da Liberdade, da Sociedade e da Autoridade, e negado o destino sobrenatural do primeiro, fácil será cair ou na inversão da hierarquia dos meios e dos fins, transformando, ora a Liberdade, ora a Sociedade, consoante o temperamento e as ilusões de cada um, em fim último de tudo o que é humano, ou no desconhecimento da essência objectiva dos valores — de que Deus, ser omninisciente, «Bem total, Justiça

suprema. Beleza perfeita e Poder infinito», é o centro irradiante — colocando-os ao serviço de fins utilitários, individuais ou nacionais.

Não escreveu Rosenberg que, sendo «a nação... o fim a que tudo deve submeter-se», o Estado não» é um fim, mas «um meio para a protecção da nação: um meio como os outros, como a Igreja, o Direito, a Arte e a Ciência deveriam sê-lo»?

Quere dizer, a Religião deixaria de servir os interêsses sobrenaturais do Homem, o Direito os interêsses supremos da Justiça, a Ciência os interêsses irredutíveis da Verdade e a Arte os interêsses harmoniosos da Beleza, para servirem apenas o Interêsse Nacional.

E assim, a cultura, abrangendo a moral, o direito, a ciência, a arte, não corresponderia mais ao desejo, à intenção de atingir valores absolutamente válidos e antes se tornaria mero instrumento de interêsses nacionais e, portanto, de valor diverso de país para país, de povo para povo, de época para época.

Por se abandonar a fé em Deus e na verdade cristã, caiu-se no «mito do século XX», no mito da Raça, no mito da Nação, ou, se quisermos, no mito da Nação-raça, heresía que Sua Santidade acaba de condenar em termos inequívocos, como os Papas Pio IX e Leão XIII haviam condenado o «mito do século XIX», o mito da Liberdade e da Igualdade, que conduziu, por um lado, à heresía do Liberalismo e, por outro, à do Socialismo.

O amor e o sacrifício pela Pátria, sentimentos que em todos os corações podem morrer menos no dum católico, são elevados à categoria de virtudes supremas, porque a Pátria é, ela, a suprema realidade, cuja fôrça, poder e grandeza todos, desde o homem a Deus, devem servir submissamente.

«A Nação é tudo; o indivíduo, nada», escreveu Von Ribbentrop.

E como Deus, que separou as raças, quiz, acrescenta-se, que a raça superior marche na vanguarda das restantes, fácil será concluir pela superioridade da *raça eleita*, da raça nordica ou ariana, representada, no máximo da sua pureza actual, pela nação germânica, cujo desenvolvimento as outras nações devem auxiliar, até por interêsse próprio, sob pena de, com absoluta justiça, sofrerem as correspondentes sanções.

É que tudo o que possa contrariar o interêsse superior da nação alemã dir-se-á injusto ou condenável, como tudo o que possa servi-lo será justo e meritório.

Será o espírito objectivo do povo alemão, da «comunidade» alemã, será o «instinto racial», fielmente interpretado pelo Führer, a fonte suprema do bem e do mal, do justo e do injusto.

Concepção pagã, concepção anti-cristã, sem duvida, que o Sumo Pontífice condenou, ao condenar, no novo *Syllabus*, as proposições seguintes:

1.ª) «o fim essencial da educação é desenvolver os caracteres da raça

e inflamar os espíritos de um amor ardente da sua própria raça, *como do bem supremo*».

2.ª) «A fonte primária e a regra suprema de tôda a ordem jurídica é o *instinto racial*».

Inversão da hiérarquia cristã dos valores, porque submissão dos valores racionais a valores irracionais, porque esquecimento de que só a razão e não o instinto, individual ou colectivo, coloca o homem em plano superior ao das restantes criaturas.

Amemos a nossa Terra, o nosso Passado, a nossa História sem par; amemos, emfim, a nossa Pátria com fervor e, se necessário, até à morte. Mas não vejamos nela nem a origem do Bem e da Moral, nem a fonte primeira da Justiça e do Direito, nem o critério supremo da Verdade e da Ciência, isto é, não destronemos Deus nem os Valores, para a adorarmos, elevando-a à categoria de deusa — a deusa Nação — a ela que não pertence sequer ao reino dos *seres substanciais* e cuja finalidade não se descobre em si própria, em fins colectivos supra-humanos, mas no bem comum dos homens que a compõem.

Sem dúvida, a Pátria, a Nação, a Sociedade, são realidades; sem dúvida, existem realidades sociais; sem dúvida, seis milhões de homens associados não são a mesma coisa que seis milhões de homens não associados, como um exército disciplinado, hierarquisado, movendo-se às ordens de um comando único, não é a mesma coisa que uma multidão de homens sem hierarquia, sem disciplina, sem comando.

Estas realidades não pertencem, porém, ao mundo das realidades *substânciais*, mas ao mundo das realidades *acidentais*, ao mundo das *realidades de relação*, ao mundo das *realidades de ordem*, como diria S. Tomás.

São os homens que se *ordenam* de certa maneira, que se *organizam* de certa maneira, para, através do bem comum, — fim da sociedade civil — tornarem possível o integral desenvolvimento da própria *personalidade*, a plena realização das respectivas *vocações pessoais*.

Nas relações entre a pessoa humana e o Estado, aquela é fim e êste meio; o Estado existe para a pessoa humana e não a pessoa humana para o Estado.

B — LIBERALISMO

7. — Não se pense, porém, que, ao afirmar o *primado do humano*, empregando terminologia querida da Semana Social de Reims, me lanço no êrro do Liberalismo, condenado *ex-professo* por Pio IX, Leão XIII, Pio X e Pio XI.

Primado do Homem e primado da Liberdade não são uma e a mesma coisa. A Liberdade vive também, como o Estado, para o Homem e não o Homem para a Liberdade; a Liberdade é, como o Estado, meio e não fim.

Não há liberdade contra o Bem, nem contra a Justiça, nem contra a Verdade.

Deus, disse S. Tomás, criou o homem livre, não no sentido de que lhe seja permitido fazer o que quizer, mas no sentido de que, em vez de ser constrangido a fazer o que deve pela necessidade da sua natureza, como as criaturas sem razão, actua em virtude duma escolha livre, procedente do seu próprio conselho.

A consciência humana não é uma consciência autónoma, que a si própria fixa a sua lei, mas «uma consciência auto-motriz, que se move por si mesma».

Liberdade e obrigação não são ideias contraditórias. «Pode, para o mesmo acto e ao mesmo tempo, ser-se livre e obrigado. Quando se *aceita* uma obrigação, em vez de a sofrer *passivamente*, há liberdade na obrigação».

O homem, por isso, só é verdadeiramente livre quando procede como ser racional, pois, dirá ainda o Doutor Angélico, quando peca e age contra a razão, é como se fosse movido por outrem e mantido sob uma dominação estranha: quem comete o pecado, é escravo do pecado.

O domínio das paixões não é domínio do homem sôbre si próprio, porque não há domínio do homem sôbre si, quando, longe de viver a vida da razão, a torna serva das paixões e dos instintos, igualando-se aos restantes animais.

Por outras palavras: «a Liberdade é o poder que só o homem tem de alcançar autónomamente o seu fim. O fim é-lhe imposto — eis a obrigação — mas atinge-o êle próprio e por si próprio — eis a liberdade».

Ora «esta aceitação do dever que liberta o homem da sujeição às paixões, assegura também na sociedade a verdadeira liberdade.

Se, com efeito, a prática dos deveres de caridade e de justiça não é, para os primeiros, facilitada, e, para os segundos, imposta por leis justas, a concorrência sem limites forçará todos os homens a uma luta sem tréguas. A humanidade dividir-se-á em duas classes: de um lado, os opressores e, do outro, os oprimidos, que procurarão também, e através de tudo, oprimir por sua vez. O triunfo pertencerá ao mais forte, ao mais hábil, ao mais ardiloso, castigando-se a virtude com a derrota e com a ruina, atenta a sua repugnância em empregar processos por igual deshumanos e culposos.

E, assim, a liberdade concedida ao mal transforma-se numa servidão, tanto para o indivíduo, como para a sociedade. Só a verdade liberta o homem e, por isso, na vida prática só o bem o liberta, porque o bem... é a verdade a governar a vida».

Belas palavras do cónego Tiberghien, nos seus comentários à Enciclica *Immortale Dei!*

Errará, por isso, aquele que, em nome da Liberdade, conceda iguais direitos ao Bem e ao Mal, à Verdade e ao Êrro; errará, por isso, aquele que,

em nome de um pretenso direito absoluto, natural e intangível, afirme o poder, para o indivíduo, de professar e propagar doutrinas falsas, só porque as reputa verdadeiras; errará, por isso, aquele que, em nome de um falso e sceptico relativismo das verdades espirituais e morais, só na lei do número, só na lei das maiorias encontre a razão prática da obediência à autoridade política e às leis jurídicas.

A autoridade não vem dos homens, mas de Deus; a lei injusta não obriga em consciência e até, em certos casos, em nome da obediência devida à lei divina, devemos desobedecer à lei humana, então mero acto de fôrça: «obedecei a Deus, antes de obedecerdes aos homens».

Não se pense, porém, que esta absoluta intolerância de *princípios* deve o Estado transportá-la, íntegra, para o domínio da vida *prática*, para o domínio da conduta a seguir em cada meio social.

Pelo contrário, a intolerância deve então sofrer tôdas as restrições que o bem comum dos respectivos agregados exija.

Num país religiosamente dividido, por exemplo, deverá o Govêrno, ainda que católico, usar de tolerância para com o êrro, sob pena de reais prejuizos para o bem comum, fim e razão de ser da autoridade política.

E, por isso, Monsenhor d'Hulst poude ensinar que, sendo a liberdade de consciência reivindicada, não como um princípio, mas como uma necessidade de facto, é legítimo «ir, *em certos casos,* em face duma apostasia mais geral, até autorizar na prática um sistema legislativo pouco diferente dos que tivessem por fundamento a tése errónea da escola liberal».

É a virtude da *prudência* a falar, virtude que levou Monsenhor Parisis a escrever: «em certos casos, não basta dizer que um príncipe católico pode, é preciso dizer que deve, sob pena de *imprudência* culposa perante Deus, abster-se de dar à Igreja privilégios que se tornariam funestos, não só para o Estado, mas também para a Igreja».

E o Cardial Deschamps não escreveu também que não devemos «acusar de catolicismo liberal aqueles que afirmam, com Manning e o padre Liberatore, que, em povos que perderam a virtude religiosa, o apostolado deve preceder a legislação e a unidade entrar nas almas, antes de poder entrar nas leis?»

Nunca esqueçamos, porém — recordará o Cardial Villeneuve — que, se em vista do bem comum, e só por êsse motivo, a lei dos homens pode e mesmo deve *tolerar* o mal, nunca, entretanto, pode nem deve aprová-lo em si mesmo.

Felizes os povos governados com prudência! Felizes os povos que encontraram, para os dirigir, quem, conhecendo a verdade e sendo doutrinalmente intolerante para o êrro, sabe, todavia, discernir, com visão profunda, o viável do inviável, o realizável do irrealizável, o bem possível do bem absoluto, e sabe, por isso, tolerar, na vida do Estado, a parte de êrro que a intolerância prática só agravaria, com prejuizo real do bem comum!

Mas... continuemos.

O homem nasce livre, afirma-se, e a sua liberdade, porque de direito natural, não pode êle aliená-la, nem perdê-la.

E em que consiste, segundo os liberais, a liberdade?

Em desenvolver, sem peias, a actividade física, intelectual e moral, guardando para si o produto desta actividade (direito de propriedade).

Nenhum limite impõem, então, à liberdade?

Sim. Impõem um: o proveniente da existência de vários seres livres, o proveniente, na linguagem de Kant, da necessidade de assegurar a *coexistência das liberdades*. O direito mais não será do que a lei que a todos assegura a própria liberdade, não podendo a liberdade de cada um sofrer outras restrições que não sejam as impostas pela necessidade de garantir a liberdade de todos.

Por outras palavras: será o homem livre de fazer tudo quanto não ofenda a liberdade de outrem, só à lei competindo marcar os limites que a coexistência das liberdades exija.

Mas se os homens nascem livres, dirá Rousseau, a nenhuma outra vontade, àlém da sua, podem obedecer.

E, daí, a exclusiva legitimidade das democracias, em que o cidadão, afirma, obedecendo à *vontade geral*, em que a sua se integra, obedece a si próprio.

Vontade geral!!... Mito que, na realidade, tantas vezes se tranforma no domínio absoluto de maiorias momentâneas, quando não no despotismo sangüinário e sem freio de minorias desvairadas.

A autoridade, continua-se, reside no povo e ninguém com legitimidade a usará, sem do povo a haver recebido, aliás a titulo *precário*, por méra *delegação*, revogável *ad nutum*.

Heresia manifesta e heresia condenada.

Pode a autoridade ser exercida directamente pelo povo ou por governantes por êle livremente escolhidos, sem incompatibilidade com a doutrina católica, que a tôdas as formas de Govêrno, consideradas em si, reconhece legitimidade, desde que, de facto, se revelem aptas para a realização do bem comum e da justiça; mas escolher os governantes não é o mesmo que *investi-los* do poder, não é o mesmo que delegar neles o exercício duma autoridade, *que continua a residir no povo*.

A autoridade vem de Deus directamente para os governantes.

Aqueles que presidem ao govêrno da coisa pública, escreveu Leão XIII na enciclica *Diuturnum*, podem bem, em certos casos, ser eleitos pela vontade e juizo da multidão, sem repugnância nem oposição da doutrina católica; mas se esta escolha desígna o govêrno, não lhe confere a autoridade de governar; não delega o poder, desígna a pessoa que dêle é investida».

E Pio X, na Carta de 25 de Agosto de 1910, em que condenou o *Sil-*

lon, disse também: «O Sillon coloca primordialmente a autorìdade pública no povo de que em seguida deriva para os governantes, mas de tal maneira que continua a residir nele. Ora Leão XIII condenou formalmente esta doutrina na enciclica *Diuturnum*...... Sem dúvida o *Sillon* faz descer de Deus esta autoridade que coloca primeiro no povo, mas de tal modo que vem de baixo para cima... Mas àlém de que é anormal que a delegação suba, porque é de sua natureza descer, Leão XIII refutou prèviamente esta tentativa de conciliação da doutrina católica com o êrro do filosofismo... De resto, se o povo permanece o detentor do poder, o que se torna a autoridade? Uma sombra, um mito».

Quando um povo, diremos nós, supondo adorar a liberdade, se adora a si próprio, condena-se, ao mesmo tempo, ao despotismo da desordem e da tiranía.

Porisso o liberalismo individualista, crente na suprema harmonia da vida económica, quando tecida pela luta sem tréguas de egoísmos amorais, conduziu à exploração do homem pelo homem, do fraco pelo forte, do operário pelo patrão, do pobre pelo rico, e, como conseqüência, à luta e ao ódio de classes e, com êles, ao desejo de destruïção de tôdas as instituïções — família, Estado, propriedade, etc., — que, por se haverem *descristianisado,* aos olhos dos oprimidos, dos vencidos, aparecercam como responsáveis da sua opressão e da sua miséria.

A sonhada igualdade resultante de todos os homens serem, perante o direito e o Estado, igualmente livres, transformou-se, de facto, em revoltante tirania económica, em esquecimento do valor moral do homem e da sua dignidade, transformado em *instrumento* de produção e de lucro, cujo trabalho se compra pelo menor prêço e se abandona, quando desnecessário.

Tôda a vida económica, dirá o Papa da *Quadragesimo Anno,* se tornou horrìvelmente dura, implacável, cruel.

A *mentalidade burguesa,* responsável de tantos erros que, como reacção, caracterizam a *mentalidade operária,* não é menos anti-humana, nem menos imoral, nem menos materialista do que esta. A máquina desumanisa a vida. Que admira, então, que o homem, negada a sua semelhança com Deus, se tenha tornado, observará Berdiaeff, um ser feito à imagem e semelhança da máquina?!...

Se a fraternidade cristã desapareceu nas relações entre o capital e o trabalho, entre o patrão e o assalariado, como estranhar que o coração dêste haja sido devorado pelo ódio e tenha abraçado um ideal que, negando Deus e, com Êle, o prémio e o castigo eternos, lhe promete o paraízo neste mundo e uma igualdade sem desvios?!...

E, assim, da heresia individualista e liberal se passará para a heresia comunista-marxista, hoje, de tôdas, a mais grave, porque na *moral do ressen-*

timento e nas mais baixas paixões humanas encontra auxiliares fáceis de convencer.

C — COMUNISMO

8 — É o comunismo uma *fôrça,* disse Pio XI.

E porquê?

Porque, disse-o ainda o Papa ao Cardial Liénard, bispo de Lille: «essa gente tem, apezar de tudo, um ideal; está dêle impregnada e sabe, se necessário, sofrer e expôr a vida para o defender».

E ideal susceptível de captar os espíritos simplistas de operários sequiosos de justiça, arrastando-os, por mero idealismo, para a luta e para o ódio de classe.

Não é, de facto, sedutora a colaboração numa obra de redenção humana, em que a justiça para todos substituirá os privilégios de alguns e em que a exploração do homem pelo homem dará lugar à felicidade do género humano?

Não vejamos, portanto, nesta heresia um mero caso de polícia, que a fôrça, só por si, resolverá; não a diminuamos, convictos de que, reduzindo-lhe o valor perante nós próprios, a deslustraremos também perante os outros.

Vejamo-la, antes, tal como é, na plenitude do seu materialismo grosseiro e do seu ódio desumano, mas também na do seu idealismo, ou talvez melhor, na do seu pseudo-idealismo, contraditório, é certo, com a filosofia que a inspira, mas contradição, que, se revela, só por si, a originalidade imaterial do espírito humano — e, portanto, o êrro essencial do marxismo — nem por isso impede a ideologia comunista de funcionar como ideia-fôrça, agente de destruïção.

O que vem a ser, então, o comunismo, não como o sonharam certos ideólogos antes de Karl Marx, mas como o concebem, no momento actual, os seus mentores, integrados no pensamento marxista e leninista?

Uma concepção filosófica integral que aos problemas onticos, gnoseológicos e deontológicos dá uma solução diversa, quando não oposta à solução católica, uma filosofia cuja concepção do Universo e da Vida se revela antagónica da concepção cristã: esta é espiritualista e aquela materialista.

Para o comunismo-marxista, o *real* e o *material* confundem-se. Aos dualismos cristãos: Deus-Universo, Espírito-Matéria, Alma-Corpo, opõe êle o monismo materialista: tudo é *materia* ou produto seu, ainda que subtilizado, como as ideias.

Nascido, no domínio filosófico, em oposição ao idealismo hegeliano, para o qual a matéria mais não era do que um reflexo, uma projecção, aliás imperfeita, da Ideia Absoluta, o marxismo caiu no êrro oposto e no espírito, como nas ideias, mais não viu do que irradiações, do que florescências da matéria, ainda que estas, uma vez nascidas, adquiram certa vida autónoma.

Ora o cristianismo repele tanto o idealismo como o materialismo, e repele-os, porque, espiritualista, se nega que a matéria é a única verdadeira realidade, nega igualmente que só a ideia o seja: no mundo real há espírito e matéria, com o primado do primeiro.

Karl Marx e Engels, que durante anos se mantiveram fiéis a Hegel, não conseguiram desprender-se em absoluto da influência do Mestre e, daí, o transplantarem para o seu materialismo a dialética hegeliana, que, como é sabido, substituiu a lógica da identidade pela lógica dos contrários e viu na *evolução dialetica* das ideias — tese, antitese, sintese — a lei suprema da vida, sem possibilidade de certezas absolutas e universais, ou, se quisermos, só admitindo uma certeza: a do *devenir,* do movimento, do relativo.

Não quero, porém, cançar V. Ex.[as] com longos desenvolvimentos filosóficos, e, por isso, contentar-me-ei com recordar que a lógica dialética, que a lógica dos contrários, quando absorvida pelo materialismo de Marx, deu origem ao *materialismo dialético,* no domínio filosófico, e , através dêste, ao *materialismo histórico,* no domínio social e político, materialismo que na arte, no direito, na moral e na religião descobre meros reflexos, meras projecções da estrutura económica, isto é, meras superstruturas ideológicas, sempre adaptadas ao modo de ser especial da infrastrutura económica em que assentam e de que, em última análise, derivam.

E como, para Karl Marx, o homem é essencialmente um produtor; e como, por isso mesmo, será tanto mais homem quanto mais produzir, desenvolvendo-se e aperfeiçoando-se na medida em que desenvolver e aperfeiçoar a produção dos seus meios de existência; e como, àlém disso, as relações económicas serão, fundamentalmente, relações de produção, que variam com o variar dos meios de a obter, daí o concluir-se que na evolução dêstes se encontra a causa profunda e decisiva, não direi única, da evolução social.

Mas esta evolução não se desenvolve suave e unilinearmente. O materialismo filosófico, entrando em contacto com a vida social, se tomou o aspecto e a forma de *materialismo histórico,* não perdeu o seu dialeticismo, para o qual a realidade «é internamente, intrinsecamente contraditória. Do choque dos contrários nasce o movimento, o *devenir,* que constitui a própria essência do ser».

Ora, na sociedade, os elementos contraditórios, «cujo choque constitui a sua vida, o seu movimento, o seu progresso, a sua essência, são as classes».

E como se formam as classes? Em que consistem elas?

Numa repartição dos homens segundo o papel que desempenham na produção e que, fundamentalmente, se traduz «no facto de, na organização das relações desta produção, certos homens utilizarem o trabalho dos outros em proveito próprio, explorando-o».

E assim, a divisão da sociedade em classes corresponderá à divisão dos

homens em exploradores e explorados, ou, se quisermos, será na exploração do homem pelo homem que se encontrará a origem das classes, as quais, nas sociedades capitalistas, se reduzirão essencialmente a duas: a Burguesia e o Proletariado.

Ora as classes sociais, segundo Marx, vivem hoje, como sempre viveram, em luta e antagonismo permanentes.

É a luta de classes, diz, a grande luta da história, «de que tôdas as outras — políticas, filosóficas, artísticas, científicas, religiosas — mais não serão do que uma conseqüência, um reflexo, um corolário».

«A história de tôdas as sociedades até aos nossos dias — lê-se no Manifesto do Partido comunista — não tem sido senão a história das lutas de classes. Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos, numa palavra, opressores e oprimidos, em oposição constante, têm vivido permanentemente em guerra, ora aberta, ora dissimulada; guerra que acaba sempre ou por uma transformação revolucionária de tôda a sociedade, ou pela destruïção das duas classes em luta».

Luta, porém, que é vida, porque a vida — ensina o materialismo dialético, como vimos — é contradição íntima, é dinamismo, é movimento.

Mas se esta luta é «o motor supremo dos acontecimentos»; mas se esta luta é a própria vida do ser social — fruto, como todo o ser, do antagonismo dos contrários — intensificá-la será, ainda, intensificar a vida, como só vivendo-a e nela intervindo o homem será verdadeiramente homem, porque só então poderá dizer-se um construtor da história.

E assim, o ódio de classe — o grande factor da luta operária — será elevado à categoria de virtude suprema, como o interêsse de classe: o interêsse da classe proletária, ou, se o preferirmos, o interêsse da Revolução Social, será o critério único do justo e do injusto.

Num discurso pronunciado, em 2 de Outubro de 1920, no Congresso das Juventudes Comunistas da Rússia, disse Lenine: «Para nós a moral está inteiramente submetida aos interêsses da luta de classes do proletariado... Renegamos tôda a moral que não se fundamente na noção de classe».

A moral não tenderá, portanto, à realização do Bem, mas do Interêsse, não do interêsse individual, é certo, mas do interêsse da Classe eleita — a deusa dos comunistas.

E aonde nos conduz esta moral?

Di-lo-á ainda Lenine, no seu livro «Da Religião»: «é preciso estar pronto para todos os sacrifícios, usar mesmo — se necessário — de todos os estratagemas, ardis e métodos ilegais; estar decidido a esconder a verdade, com o fim único de penetrar nos sindicatos, de neles permanecer e de neles desempenhar, a-pesar-de tudo, uma missão comunista».

O fim... legitimará os meios.

Daí, a fria serenidade com que os bolchevistas se libertam de todos os

que possam causar embaraço ao triunfo definitivo da Revolução: obedecem à *sua* moral, cumprem o *seu* dever.

Tôda esta luta e todo êste ódio, que hoje enchem a vida mental e moral do exército comunista, alimentam-se porém, não apenas de si próprios, mas ainda duma mística, dum complexo de valores irracionais, que, olhados em si mesmos, podem seduzir os simples cujo coração, ansioso de justiça social, esqueça que fora de Deus e dos valores cristãos não pode haver paz, nem salvação.

E essa mística — e uma certa mística por nenhum ideal, por nenhuma verdade verdadeiramente actuante é dispensada — e essa mística, dizia eu, consiste em sonhar com uma sociedade sem classes e, portanto, diz-se, sem Estado, sem religião, sem Deus; consiste em crer que, destruídas as classes, por obra da ditadura do proletariado (o purgatório comunista), que extinta a distinção entre exploradores e explorados, entre proprietários e proletários, a felicidade reinará neste mundo, abrindo-se para o género humano a era paradisiaca, a era da plena justiça, em que cada um trabalhará segundo as suas capacidades e receberá segundo as suas necessidades.

Mística contrária, sem dúvida, aos princípios filosóficos e sociológicos inspiradores do comunismo, porque, para estes, como vimos, só de luta, só de movimento, só de dinamismo, só do antagonismo dos contrários a realidade se alimenta; e assim, na lógica de tais princípios, ou o paraíso comunista coïncidirá com a morte da vida social, ou aos actuais antagonismos outros sucederão, por fôrça da contradição interna da própria vida, e, com êles, novas lutas, novos ódios, novas ruínas, materiais e morais.

Sociedade sem religião e sem Deus sê-lo-á, disse eu, a sociedade sonhada, visionada pela mística comunista.

E por quê?

Porque, para ela, Deus e a Religião são simples florescências, são, dirá Karl Marx, o «aroma espiritual» dum mundo condenável, e aroma bem perigoso, porque «meio de opressão» do homem pelo homem e não mera «conseqüência da opressão».

O estado religioso do Mundo variará, segundo Marx, com o variar da vida económica, visto a religião mais não ser do que o reflexo, aliás quimérico, de certo estado das fôrças produtivas.

O que são, dizem, as virtudes cristãs: humildade, resignação? O que são as promessas cristãs: bem-aventurados os que têm fome e sêde de justiça, porque êles serão fartos; bem-aventurados os mansos, porque êles possuïrão a terra; bem-aventurados os pacíficos, porque êles serão chamados filhos de Deus, etc.? O que são essas virtudes e essas promessas, o que é, em suma, tôda a moral cristã senão um amolecedor de energias combativas, senão uma ilusão adaptada à defesa das injustiças sociais, senão um complexo de regras destinadas a adormecer a revolta dos oprimidos?

A religião... «ópio do povo», escreveu Karl Marx.

Quere dizer, o Deus cristão — o Deus que, por amor dos homens, morreu pregado numa cruz; a religião cristã — a religião do amor universal, que faz da Justiça um direito e da Caridade um dever, são olhados como simples irradiações enganosas de revoltantes iniqüidades históricas!!...

Cristianismo e comunismo: modalidade actual da luta multi-milenária entre o espírito e a matéria, mas modalidade a nenhuma outra comparável, porque, observa o padre Ducattillon, em nenhuma outra o materialismo se revelou, em tão elevado grau, como doutrina ambiciosa de organizar tôda a vida — individual e social — à luz do primado da matéria sôbre o espírito.

Por isso, Pio XI, na Enciclica *Divini Redemptoris*, sôbre o «comunismo ateu», não hesitou em escrever: «...a luta entre o bem e o mal, triste herança do pecado original, continuou a perturbar o mundo; o antigo tentador nunca cessou de, pelas suas promessas falazes, enganar a humanidade. Por isso, no decurso dos séculos vimos sucederem-se as perturbações políticas até à revolução de nossos dias, que já eclodiu ou se torna sèriamente ameaçadora quási por tôda a parte, pode dizer-se, e excede, pela sua amplidão e violência, tôdas as anteriores perseguições à Igreja. Povos inteiros estão expostos a caír em barbárie mais vil do que a existente na maior parte dos povos, na chegada à terra do divino Redentor».

É que o perigo comunista e ateu não só nega a verdade católica, mas pretende destruír a própria ordem social e todos os fundamentos da civilização cristã.

CONCLUSÃO

E, assim, os sábios que, no dizer de S. Paulo, se desvaneceram nos seus pensamentos e em que se obscureceu o coração insensato, foram-se distanciando cada vez mais da Verdade, até negarem a própria substância do espírito, o próprio valor do homem e a sua dignidade, integrando-o, com todos os demais seres, no cosmos material.

Que admira, então, que os princípios morais não tenham conseguido escapar à derrocada, mesmo que despidos do seu espiritualismo, e, reduzidos a servirem, não o Homem e o Bem, como valor eterno, mas colectividades e o seu interêsse momentâneo e transitório, se tenham rebaixado até o ponto de se confundirem, pragmática e utilitàriamente, com o interêsse, material e terreno, duma Nação, duma Raça, duma Classe?!...

E o pior é que para esta derrocada trabalharam e continuam a trabalhar — por ventura mais do que ninguém — tantos dos que, dizendo-se cristãos e cumprindo os deveres externos da religião que supõem professar, de Deus se afastaram pela vontade, materializando a vida... e o espírito.

Pelo comunismo trabalha o patrão que no operário vê, de facto, não

um homem, seu irmão em Cristo, mas uma simples rodagem, como qualquer outra, da sua maquinaria; pelo comunismo trabalha a dona de casa que nos serviçais não vê, como em velhos tempos, membros da família, mas seres inferiores a quem se paga — e tantas vezes mal — os serviços recebidos; pelo comunismo trabalham os ricos que, esquecendo os ensinamentos da Igreja, vêem na riqueza um bem *puramente pessoal* e, longe de distribuírem pelos pobres o supérfluo ou de o empregarem, como seria em certos casos preferível, em empresas socialmente úteis, o gastam em requintes de luxo dispensável, ou o guardam com avareza sem perdão; pelo comunismo trabalham as *élites* sociais e mundanas, quando no abandôno, em sociedade e no lar, de velhos costumes portugueses e cristãos viram uma nota de distinção e elegância; pelo comunismo trabalha quem, descristianizando a vida e esquecendo os deveres de justiça e de caridade, cria no espírito dos infelizes a revolta e desperta o ódio no coração dos fracos. E creio que pelo comunismo trabalham também aqueles que, supondo combatê-lo, o fazem em nome de ideais sem grandeza *universal e humana*, desconhecendo Deus ou rebaixando-o, o que talvez seja pior, ao nível dos deuses pagãos, dos deuses protectores de certos povos — deuses que, longe de servirem de modêlo aos homens, mais não representam do que a divinização das qualidades e *defeitos* duma raça.

Liberdade, Nação, Raça, Classe-realidades, sem dúvida, mas realidades que, quando divinizadas, quando absolutizadas, quando desligadas de Deus e da Ordem por Êle instituída, conduzem em linha recta à anarquia ou à tirania de um, de alguns, ou de muitos.

Que nos inquietos e perturbados dias que atravessamos a alma portuguesa se não deixe contaminar pelas «heresias político-sociais do nosso tempo» e, fiel a tradições seculares, na fôrça veja apenas um *meio* — por vezes, aliás, indispensável — de servir o Bem, a Justiça e a Verdade; que Portugal, prosseguindo, com esperança e sem desfalecimentos, na obra da sua redenção, organize em bases corporativas a economia nacional e, recristianizando, com a *prudência* aconselhada, os seus costumes e a sua vida, privada e pública, seja, neste extremo da Europa, baluarte invencível e apóstolo iluminado da civilização ocidental, tais são os votos que nós, jurisconsultos católicos e portugueses, devemos formular, colocando o nosso muito ou pouco valor ao serviço do ideal cristão, que é, ao mesmo tempo, o ideal de Deus, da Pátria, da Família... do Homem, enfim — empregada a palavra na plenitude do seu significado espiritual e moral.

(Conferência realizada na Associação dos Jurisconsultos Católicos, em 18-6-938).

FEZAS VITAL